

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.439 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2002



Romero Jucá diz que Senado precisa aperfeiçoar a legislação

Jucá quer audiência para esclarecer mortes de pacientes

Os acidentes e mortes provocados por cirurgias plásticas motivaram pedido de Romero Jucá para que a Comissão de Assuntos Sociais realize audiência pública sobre o assunto. Ele propõe que sejam ouvidos os presidentes do Conselho Federal de Medicina, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e do Conselho Regional de Medicina de Goiás.

PÁGINA 2

Líderes da base governista definem projetos prioritários

PÁGINA 2

Senado homenageará cinco mulheres com Diploma Bertha Lutz

PÁGINA 2



Bernardo Cabral colocará novamente em pauta amanhã, na CCJ, a votação das emendas à proposta de reforma do Poder Judiciário

Comissão retoma exame da reforma do Judiciário

Considerada uma das prioridades do Legislativo neste semestre, proposta relatada por Bernardo Cabral busca Justiça mais rápida e o fim da impunidade

Senadores manifestam pesar pela morte de Nelson Marchezan

O Plenário do Senado aprovou, por unanimidade, requerimentos de pesar de autoria de Pedro Simon e Geraldo Melo pela morte do deputado federal Nelson Marchezan, ocorrida no dia 11. Na presidência da sessão, Antonio Carlos Valadares solidarizou-se com a família de Marchezan e o povo gaúcho. Gerson Camata rememorou momentos marcantes da trajetória política do deputado e classificou-o de “parlamentar sério e cumpridor de seus deveres e compromissos”.

PÁGINA 3

Nelson Marchezan, morto no dia 11, foi lembrado como político sério e atuante



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve retomar amanhã o exame da reforma do Judiciário. O anúncio foi feito pelo relator da matéria e presidente da comissão, Bernardo Cabral. A proposta de reforma visa reduzir a lentidão do sistema judiciário e acabar com a impunidade, e é considerada, por isso, uma das prioridades do Legislativo neste ano. Como está sendo modificada no Senado, deverá retornar à Câmara.

PÁGINA 5

CAS analisa criação de Cadastro Nacional de Moradia

PÁGINA 8

Conclusões da CPI do Futebol vão ao Ministério Público

Em atendimento às recomendações da comissão que apurou irregularidades no esporte, o Senado encaminhou as informações contidas no relatório final a diversos órgãos, para que dêem continuidade às investigações

PÁGINA 5



Emilia Fernandes é autora do projeto que criou Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Senado vai homenagear mulheres

O Senado Federal homenageará, por meio do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, cinco mulheres de renome nacional, que tenham oferecido relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher. Senadoras e deputadas federais vão se reunir hoje para discutir a programação das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Os diplomas serão entregues em sessão do Senado Federal, que deve acontecer no próximo dia 13 de março.

O diploma foi criado em março de 2001, quando o Senado aprovou projeto de resolução elaborado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Segundo a parlamentar, a escolha será feita nas próximas semanas pelos membros do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã, do qual foi eleita presidente.

Bertha Lutz foi pioneira na luta pelos direitos femininos no Brasil, em especial o direito ao voto. Na década de 20, participou de inúmeros congressos, ligas e organizações mundiais defendendo sua causa. Em 1932, o presidente Getúlio Vargas aprovou o direito de voto às mulheres.

Bióloga, advogada, bacharel em Direito pela Sorbonne, em Paris, Bertha Lutz era filha do cientista Adolfo Lutz.

A reunião da bancada feminina do Congresso Nacional vai acontecer às 16h, no auditório do anexo IV da Câmara dos Deputados.

Líderes definem projetos prioritários para votação

Representantes dos partidos que dão sustentação ao governo devem reunir-se amanhã. Prorrogação da CPMF é prioritária

Os líderes dos partidos que dão sustentação ao governo no Senado deverão se reunir amanhã, às 15h, com o secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio. Eles deverão eleger quais matérias, das 67 sugeridas pelo governo federal, terão prioridade na pauta de votação.

O próprio Poder Executivo, no entanto, já anunciou que a única proposta cuja aprovação considera imprescindível é a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Prevista para durar até 18 de junho deste ano, a prorrogação de sua cobrança tem de ser votada até o dia 17 de março, já que somente poderá ser cobrada 90 dias depois. O fim da contribuição, argumenta o Executivo, poderá inviabilizar o

primeiro ano do próximo governo.

Na manhã de hoje, as lideranças partidárias devem acertar os pontos consensuais na reforma do Judiciário, ainda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), já deverá colocar em votação na quarta-feira 25 destaques da proposta.

Também a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá eleger nesta semana



Lúcio Alcântara preside a CAE, que também elege prioridades esta semana

suas prioridades para o primeiro semestre. Entre elas deverá estar a flexibilização da Resolução 78, que, entre outras coisas, trata dos limites de crédito para a União, estados e municípios. A primeira reunião da CAE está prevista para o próximo dia 26.

Jucá pede audiência sobre morte de pacientes em cirurgia plástica

O líder em exercício do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou requerimento para que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promova audiência pública para esclarecer os inúmeros acidentes e mortes decorrentes de operações plásticas praticadas por médicos cuja habilitação não atende aos padrões que deveriam ser exigidos pelas autoridades e sociedade brasileiras.

O senador propõe que sejam ouvidos o presidente do Conselho Federal de Medicina, o presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e o presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás para esclarecer, em especial, os fatos envolvendo o médico



Para Jucá, propaganda enganosa esconde riscos embutidos em cirurgias

Denísio Marcelo Caron, responsável por cinco mortes de pacientes de cirurgias plásticas, nos últimos dois anos.

Segundo Jucá, o Senado precisa discutir mudanças na legisla-

ção para aumentar a fiscalização e o controle sobre os profissionais da medicina e os hospitais onde se realizam os procedimentos médicos. "Não se pode mais tolerar que os hospitais não tenham responsabilidade direta sobre cirurgias feitas em suas dependências. Os conselhos precisam ser mais rígidos ao examinar a habilitação dos médicos que credenciam", argumenta.

Jucá também manifestou sua preocupação com a propaganda enganosa sobre cirurgias plásticas e outras técnicas de rejuvenescimento que exageram os benefícios e escondem os riscos que cercam qualquer procedimento cirúrgico.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2002

PRESIDENTE

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
17h — Recebe Eleazar de Carvalho Filho, presidente do BNDES

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 115/01, denomina "Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado" o aeroporto da cidade de Ilhéus (BA); emenda da Câmara ao PLS nº 221/96, determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização; PDL nº 97/01, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Itapoã (ACCI) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinhema (MS); PDL nº 224/01, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais (SP); Requerimento nº 740/01, solicita a retirada, em caráter definitivo, da Emenda nº 1-Plen, oferecida ao PLC nº 99/01; e Requerimento nº 769/01, solicita, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da CCI sobre o PLC nº 24/01, cujo prazo já se encontra esgotado.

COMISSÕES

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: Substitutivo ao PLC nº 236/01, altera dispositivo da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLS nº 232/01, acrescenta alínea ao Código Brasileiro de Telecomunicações; PLS nº 162/01, institui a semana de 6 a 12 de agosto de 2002 como a Semana da Revolução Acreana, em homenagem ao transcurso de seu centenário; PLS nº 251/01, inclui parágrafo único no artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior; requerimento do senador José Sarney solicitando a criação de subcomissão permanente, a ser denominada Bancada do Livro, para analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão Conjunta do Mercosul
Pauta: PDS nº 71/01, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelo prazo de 20 anos; e discussão sobre perspectivas da Alca e do Mercosul frente à crise da Argentina. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Senado manifesta pesar pela morte de Marchezan

Requerimentos apresentados em Plenário por Pedro Simon e Geraldo Melo foram aprovados por unanimidade. Na presidência da sessão, Antonio Carlos Valadares solidarizou-se com a família e o povo gaúcho

Camata elogia a trajetória política do deputado gaúcho

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou, durante a sessão plenária de ontem, a perda do deputado federal Nelson Marchezan (PSDB-RS), morto de ataque cardíaco no último dia 11. O início do convívio parlamentar entre Camata e Marchezan data de 1975, e o senador rememorou pontos marcantes da trajetória do deputado, elogiando seu caráter.

— Nós perdemos um parlamentar sério, honesto, cumpridor dos seus deveres e dos compromissos que assumia — disse.

Camata lembrou que Marchezan, que foi líder do governo militar, quando assumia compromissos com a oposição cumpridos em todas as votações.

— Não era um líder que se sujeitava ao governo militar. Impunha muitas vezes a sua vontade — afirmou.

Segundo o senador, graças às intervenções de Marchezan, vários parlamentares que estavam “com a cabeça na guilhotina” deixaram de ser cassados durante o regime militar. O parlamentar governista, de acordo com Camata, também teve papel importante na transição para a democracia. No governo Geisel, no processo de abertura, disse Camata, “o dedo de Marchezan foi muito



Camata destacou “a atuação dinâmica e a persistência” de Nelson Marchezan

importante em vários episódios”.

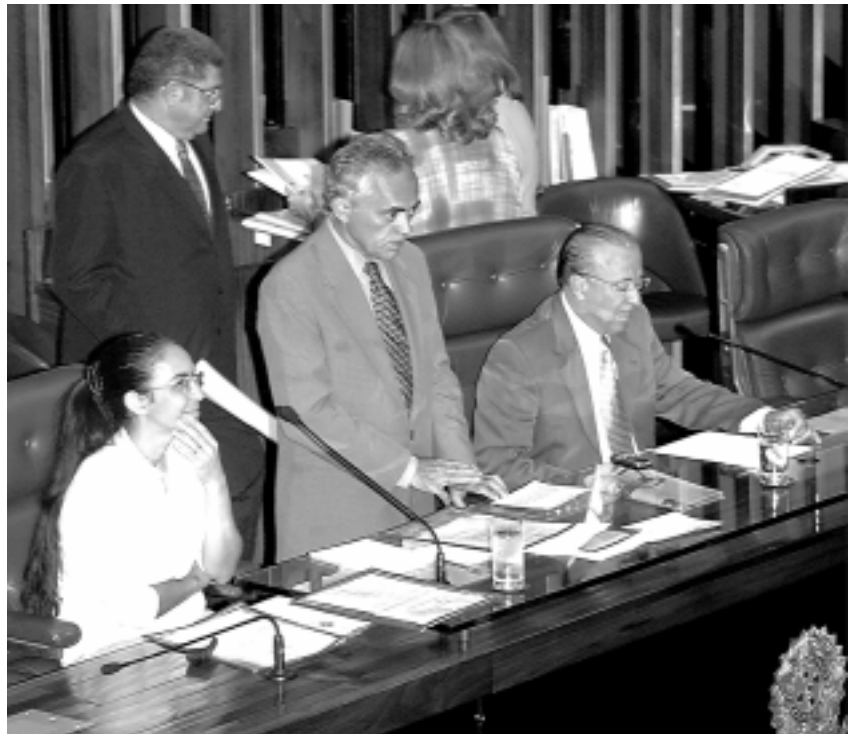
O senador também atribuiu ao deputado a instituição do Bolsa-Escola federal, como autor do projeto de lei que criou o benefício. As crianças que estão sendo beneficiadas pelos recursos do Bolsa-Escola, afirmou, “certamente devem isso à atuação dinâmica e à persistência de Marchezan em ver aprovado seu projeto”.

Camata também salientou a origem humilde do parlamentar, lembrando que Marchezan era um homem do interior e chegou a ser motorista na juventude. “Trabalhando dentro das possibilidades que o regime democrático proporciona, com muita persistência, chegou à presidência da Câmara.”

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, requerimentos de pesar de autoria dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Melo (PSDB-RN) pela morte do deputado federal Nelson Marchezan (PSDB-RS), ocorrida no dia 11 de fevereiro. O parlamentar morreu aos 63 anos na sua fazenda em Pântano Grande (RS), vítima de uma parada cardíaca. Em nome da presidência da Casa, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) solidarizou-se com a família de Marchezan e o povo gaúcho.

— Nelson Marchezan foi um homem público invulgar e que teve uma carreira política impecável, jamais se envolvendo em atos que pudessem desabonar o seu passado e o passado do Rio Grande do Sul. Faço esse registro como um dever de justiça em favor da memória de um parlamentar que honrou a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional e o povo do seu estado — afirmou Antonio Carlos Valadares.

Marchezan era advogado e ti-



Antonio Carlos Valadares disse que Marchezan (foto menor) foi um homem público invulgar

tular da Comissão de Constituição e Justiça e da comissão destinada a elaborar anteprojeto sobre a reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ele também foi presidente da Câmara e secretário nacional das Comunicações, e estava em seu quinto mandato de deputado federal.



Simon salienta “firmeza nas horas difíceis”

Nelson Marchezan teria governado o Brasil no lugar de José Sarney, se tivesse aceito convite de Tancredo Neves para ser seu candidato a vice-presidente, na sucessão do general Figueiredo. A informação foi dada ontem pelo senador Pedro Simon, com o registro de outro fato histórico: quando recebeu o convite de Tancredo, Marchezan disse que os partidários das candidaturas de Paulo Maluf e Mario Andreazza defendiam o fechamento do Congresso, caso o Colégio Eleitoral não elegeisse o candidato do PDS.

Autor de um dos requerimentos de homenagem à memória de Marchezan, Pedro Simon narrou esses fatos apontando sua relevância para a história. Ele foi, junto com Tancredo, fazer o convite para o deputado integrar a chapa que se elegeria para suceder Figueiredo. Na ocasião, contou Simon, Marchezan afirmou

que, junto com o então chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, defendia a decisão que saísse do Colégio Eleitoral, fosse qual fosse.

— É importante que a história saiba: Marchezan podia ter sido vice-presidente da República. Não foi porque não quis. E Marchezan teria sido presidente da República.

Na homenagem, o senador acentuou a força do caráter de Marchezan. Disse que ele saiu do posto de caixa do Banco do Brasil para assumir a Secretaria do Trabalho, de onde sairia, três anos depois, para eleger-se deputado federal. Foi presidente da Câmara e líder do governo, “car-



Pedro Simon recordou episódios históricos envolvendo Nelson Marchezan

gos que exerceu com a maior dignidade”.

Simon não deixou de citar suas divergências com Marchezan. Ele divergiu quando o deputado foi contra o projeto que restabelecia as eleições diretas e discordou do seu silêncio quando os militares cercaram o Congresso.

— São coisas que a mim não marcam. O que me marcou em Marchezan foi a firmeza nas horas difíceis. Nas horas mais dramáticas, ele tomou a decisão a favor da verdade, a favor da justiça, a favor da democracia, a favor do Brasil — disse o senador.

Plenário decide destino de bens culturais de empresa privatizada

O Senado decide hoje se serão tombados e excluídos do patrimônio das empresas públicas privatizadas os bens culturais móveis e imóveis que elas possuíam. Trata-se de emenda da Câmara a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que transfere a propriedade desses bens para o acervo histórico e artístico da União.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre projeto oriundo da Câmara que denomina “Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado” o aeroporto localizado na cidade de Ilhéus (BA). O projeto tem parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que sugeriu algumas emendas à proposta original.

Serão também votados, na sessão de hoje, dois projetos de decreto legislativo destinados a autorizar o funcionamento de duas emissoras de radiodifusão.



Antonio Carlos Júnior deu parecer favorável à homenagem ao escritor Jorge Amado

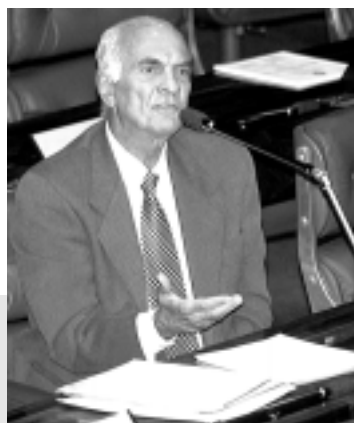
Emilia apóia plebiscito sobre ingresso do Brasil na Alca

Parecer da senadora favorável a projeto de Roberto Saturnino deve ser apresentado hoje à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) deverá apresentar hoje, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, parecer favorável ao projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que determina a convocação de plebiscito em todo o território nacional sobre a suspensão das negociações, por um prazo de 20 anos, em torno do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Emilia Fernandes concorda com o senador Saturnino, para quem a Alca pode significar "um grande perigo para a economia brasileira", que ainda não tem condições, afirma, de competir em igualdade com a economia norte-americana. A senadora fez, no entanto, uma modificação no projeto original, baixando o prazo de 20 para 15 anos.

As pressões que o Brasil vem recebendo para aderir rapidamente à Alca, segundo Saturnino, têm sido grandes. "No entanto, nossa economia não tem condições de se integrar à economia norte-americana se não passar antes por um processo de fortalecimen-



Saturnino, que propôs o plebiscito, considera que a Alca pode significar perigo para a economia brasileira

to interno e de integração com os demais países da América do Sul, para poder cumprir, em condições menos desfavoráveis ou menos desiguais, a integração com aquela grande potência."

Saturnino diz que essa adaptação requer um processo longo, que não poderá ser feito em apenas alguns anos, como deseja o governo norte-americano. O senador afirma ainda que a economia internacional vive atualmente clima de guerra comercial, no qual alguns países desenvolvidos tentam eliminar eventuais concor-

rentes em desenvolvimento, como ficou demonstrado nos episódios envolvendo as empresas canadense Bombardier e a brasileira Embraer, do setor da indústria de aeronaves.

No caso da Alca, o que se pretende, segundo Saturnino, "é forçar o Brasil a aceitar de joelhos o seu ingresso ali, onde a nossa economia iria comparecer com o seu modesto grau de produtividade, entregando sua produção aos gigantes do Hemisfério Norte".

ARGENTINA

A comissão deverá aproveitar o tema da Alca para discutir medidas que possam levar ao fortalecimento do Mercosul, diante do momento delicado vivido pelo bloco, devido à crise argentina.

Também deverá ser analisada hoje proposta do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para que a comissão realize em Fortaleza (CE) reunião paralela à Assembléia Geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que acontecerá na cidade de 7 a 13 de março. A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Moreira propõe ajuda do BNDES a empresas aéreas

Será votado neste semestre pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) autorizando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos em favor das empresas de transporte aéreo que estejam enfrentando crise de liquidez.



Moreira Mendes: setor teve prejuízo de R\$ 1,2 bilhão no ano passado

De acordo com o texto, os empréstimos devem ser concedidos ao prazo de dez anos para pagamento, com taxa de juros de 6% ao ano e três anos de carência. O fundo destinado ao financiamento desses empréstimos, bem como seus limites, condições financeiras e parâmetros técnicos, será definido e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

Moreira Mendes disse que, mesmo antes dos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro do ano passado, a situação da aviação brasileira já era frágil. Referindo-se ao elevado ní-

vel de endividamento e baixíssima lucratividade do setor, ele estimou que, só no primeiro semestre de 2001, as empresas de aviação comercial brasileira tiveram prejuízo conjunto de R\$ 1,2 bilhão.

Na opinião do senador, "a partir de 11 de setembro de 2001, a situação das empresas de transporte aéreo deixou de ser apenas desfavorável para se tornar crítica". Ele observou que o temor de utilização do avião como meio de transporte, associado às medidas de segurança adotadas, provocou uma queda vertiginosa no tráfego aéreo. Em consequência, foram duramente atingidas principalmente as empresas que já se encontravam em frágil situação financeira.

Em defesa do projeto, Moreira Mendes afirmou ainda que, desde os ataques terroristas, os Estados Unidos aprovaram várias medidas econômicas de apoio a suas empresas aéreas.

Rigor contra o mau uso de verba de fundo constitucional

Em caráter terminativo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que estabelece a punição por improbidade administrativa, além do enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal,



Para Ornélas, prefeitos e governadores devem observar regras

de prefeitos e governadores que não observarem as regras para obtenção de empréstimos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

— Um governador ou prefeito pode formular empréstimos junto aos fundos para financiar atividades produtivas direta ou indiretamente e, nesses casos, há que se fazer cumprir os limites, condições e trâmites estabelecidos nas resoluções do Senado Federal para as operações de crédito interno — argumenta.

A proposta altera a legislação de regulamentação dos fundos constitucionais, que estabelece que os recursos dos fundos são

aplicados por instituições financeiras federais de caráter regional, como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, de acordo com planos regionais de desenvolvimento.

Ornélas também prevê a possibilidade de punição de gerentes e diretores dos bancos administrado-

res dos fundos com as mesmas sanções aplicáveis aos demais agentes públicos. Para o senador, a medida pode inibir irregularidades e melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

— A concessão de financiamento em desobediência às normas do Senado caracterizar-se-ia como ato de improbidade administrativa dos responsáveis dos bancos administradores dos fundos, sujeitando-os às penas previstas em lei. No mesmo sentido, o chefe do Executivo, como tomador ou interveniente da operação de crédito irregular, deve ser penalizado conforme a Lei de Responsabilidade de Fiscal — defende Ornélas.

CAE definirá nesta semana projetos que terão prioridade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá eleger nesta semana suas prioridades para este semestre. Alguns aspectos envolvendo a flexibilização da Resolução nº 78, que dispõe sobre os limites de crédito para estados e municípios, mudanças de natureza tributária e o combate à usura deverão figurar entre os temas a serem discutidos. Amanhã, a comissão deverá divulgar a pauta da sua primeira reunião, prevista para o dia 26.

Uma das propostas consideradas mais polêmicas no Senado é o projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) regulamentando o dispositivo constitucional que fixou o limite máximo na cobrança dos juros domésticos em 12% em termos reais (acima

da inflação). A proposta se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se não for rejeitada ali, deverá ser encaminhada à CAE.

O projeto é esperado com ansiedade pelo setor produtivo, em razão do alívio que dará ao custo financeiro das empresas e dos consumidores, podendo, inclusive, ser fundamental para a retomada do crescimento econômico do país. A expectativa é de alguns parlamentares, entre eles, os senadores José Alencar (PL-MG) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Em diversas ocasiões, contudo, principalmente por meio de suas lideranças na Câmara dos Deputados, o governo chegou a manifestar-se contrário à medida, por ver no projeto obstáculo à execução da política monetária, já que a elevação da taxa de juros é apre-



José Alencar: setor produtivo espera regulamentação dos juros

sentada, por vezes, como o último recurso governamental para esfriar a demanda e, assim, impedir uma alta da inflação.

A taxa de juros no Brasil é também utilizada como elemento de atração de capitais externos, de modo a que o país possa garantir recursos de que necessita em moeda forte para conseguir fechar seu balanço de pagamentos (que reúne as relações comerciais do país com o resto do mundo). A principal conta desse balanço (a de Transações Correntes), atualmente, deixa um déficit anual de US\$ 25 bilhões.

O Brasil, hoje, afirma o senador Carlos Bezerra, é um dos campeões mundiais na cobrança de juros extorsivos.

Senadores comentam episódio da prisão de Jader Barbalho

Senadores da base governista e da oposição comentaram ontem a prisão do ex-senador Jader Barbalho, que ficou detido por 16 horas, na carceragem da Polícia Federal em Palmas (TO), no último sábado.

— Se um juiz tinha fundamentos para prender não é possível que outro juiz tenha fundamentos para soltar. A sociedade fica confusa — afirmou o senador Osmar Dias (PDT-PR), referindo-se à decisão do presidente da Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília, Fernando Tourinho Neto, que revogou a prisão preventiva decretada pelo juiz Alderico Rocha Santos.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) declarou que o episódio comprova a necessidade de o Senado discutir a reforma do Judiciário. Ela defendeu o controle externo do Judiciário pela sociedade. Só dessa maneira, acrescentou, “será possível fazer com que a lei seja tão implacável com os poderosos quanto é com os mais fracos”.

Heloísa Helena disse também que a legislação atual permite que a população tenha a sensação de impunidade em relação a crimes do colarinho-branco. A senadora optou por não fazer uma avaliação sobre qual das duas decisões judiciais foi correta, mas ressal-

tou, na condição de integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que “lugar de quem comete crime é na cadeia”.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ter ficado surpreso com a prisão do companheiro de partido. Simon disse ainda não ser possível que em questão de horas o Judiciário tome decisões tão contraditórias. A seu ver, as algemas utilizadas durante a prisão de Jader teriam sido uma provocação da polícia, que estaria interessada em se exibir para as câmeras.

Simon criticou a possível utilização política do caso Jader pelo PFL. Para ele, somente os partidos de oposição poderiam fazer “uso político” da prisão de Jader Barbalho, que foi presidente do PMDB e apoiou a coligação que elegeu Fernando Henrique Cardoso.

Ao comentar o uso de algemas durante a prisão de Jader, o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), disse que “houve um exagero da polícia, extremamente interessada em mostrar serviço”. Na avaliação de Jucá, o fato de o preso ser um político não deve motivar um linchamento moral. Ele sustenta que, por melhores que sejam as intenções, não se pode antecipar um julgamento e cometer excessos.

PMDB indica integrantes de comissão contra a violência

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, anunciou por meio de sua assessoria que deverá indicar hoje os seis representantes do partido na comissão mista especial destinada a levantar as causas e os efeitos da violência no país. Assim que o PMDB fizer as indicações, será marcada uma reunião da comissão para eleger o presidente e o relator.

A comissão foi designada em sessão do Congresso na última sexta-feira pelo presidente Ramez Tebet e tem um prazo de 60 dias para apresentar as conclusões. Os seus integrantes viajarão pelo país, ouvindo governadores, secretários de segurança, comandantes das polícias civil e militar e especialistas em segurança. Terá a tarefa de reunir todas as proposições sobre segu-



Renan Calheiros é o líder do PMDB no Senado

rança que tramitam no Congresso e apontar as prioridades para votação.

Entre os projetos está a unificação das polícias e a proibição da venda de armas. A comissão mista será formada por 19 senadores e 19 deputados, com o mesmo número de suplentes. Pelo Senado, já integram a comissão

Romeu Tuma (SP), Edison Lobão (MA), Bernardo Cabral (AM) e Moreira Mendes (RO), do PFL; Geraldo Melo (RN), Artur da Távola (RJ), Lúcio Alcântara (CE) e Benício Sampaio (PI), do Bloco PSDB/PPB; Roberto Freire (PE), Sebastião Rocha (AP) e Tião Viana (AC), do Bloco Oposição (PT-PDT-PPS); Ademir Andrade (PA), do PSB; Arlindo Porto (MG), do PTB, e José Alencar (MG), PL.

CCJ retoma votação da reforma do Judiciário

Tebet e Cabral lembram, em defesa de rápido exame da matéria, que lentidão da Justiça e impunidade são apontadas como causas do aumento da violência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para retomar o exame da reforma do Judiciário, conforme anunciou o relator da matéria e presidente do colegiado, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A proposta, que deverá voltar à Câmara em função das modificações feitas pelos senadores, também foi citada como uma das prioridades do



Bernardo Cabral, também presidente da Comissão de Justiça, é o relator da proposta

Legislativo pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

Tanto Tebet quanto Cabral observaram, em defesa da necessidade de rapidez na votação da reforma, que a lentidão do sistema judiciário e a impunidade têm sido apontadas como causas para o

crescimento da violência no país. Entre os itens que compõem a reforma constam, por exemplo, pontos que restringem o número de recursos que podem ser impetrados para evitar-se o cumprimento de uma decisão judicial.

Além da reforma, os senadores da CCJ devem analisar projeto do

senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que regulamenta a cobrança de juros reais no máximo em 12% ao ano, de acordo com o que está previsto na Constituição. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que seu relatório está pronto para votação. O projeto define que, no cálculo anual dos juros reais, serão excluídas taxas de comissões e a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

Outra matéria da pauta da Comissão de Justiça, que já conta com parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A proposta, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), proíbe diversas formas de destinação e utilização de resíduos sólidos que possam prejudicar o meio ambiente.

Senado envia conclusões da CPI do Futebol

O Senado Federal, em atendimento às recomendações do relatório final da CPI que investigou irregularidades no futebol brasileiro, enviou ofícios com as conclusões da CPI ao Ministério Público, ao procurador-geral da República e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, solicitando providências para a identificação dos responsáveis pelos delitos penais, seu indiciamento e início da ação penal.

As conclusões da CPI foram enviadas também, para conhecimento oficial e providências cabíveis, aos presidentes do Banco Central e do Tribunal de Contas da União, ao ministro-chefe da Casa Civil, aos presidentes da Confederação Brasileira de Futebol e das federações Mineira e do Rio de Janeiro, e aos presidentes do Clube de Regatas Vasco da Gama, do Flamengo e do Fluminense.



Comissão de inquérito que apurou irregularidades no futebol foi presidida por Álvaro Dias

Justiça trabalhista pode ter maior competência

O surgimento de novas atividades desenvolvidas com autonomia pelos trabalhadores e a ação do cooperativismo levaram o senador Iris Rezende (PMDB-GO) a apresentar projeto de lei que amplia a competência de juízes do trabalho, hoje limitada aos litígios que decorrem de pequenas empreitadas e às controvérsias entre sindicatos ou entre estes e empregadores. O projeto encontra-se tramitando em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Iris, o juiz do trabalho está naturalmente vocacionado para tratar dessas novas demandas.



Projeto de Iris Rezende submete ao foro trabalhista litígios envolvendo cooperativas

— A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de

toda a sociedade. A Justiça comum, por seu turno, é o espaço próprio para a discussão das lides nas quais o interesse individual deve ser especialmente considerado. Fundamenta-se, portanto, nos direitos civis e penais — comparou.

O projeto inclui na competência da Justiça do Trabalho litígios envolvendo profissionais sem vínculo de emprego, como representante comercial autônomo, corretor, tomador de serviços, transportador autônomo, empreiteiro, parceiro ou arrendatário rural e proprietário, cooperativas de trabalho e seus associados e os respectivos tomadores de serviços.

Comissão debate estímulo a programas regionais de TV

Proposta de Antero Paes de Barros regulamenta determinação constitucional que abrange também emissoras de rádio

A regionalização dos programas de rádio e televisão, prevista pela Constituição de 1988, poderá ser regulamentada por meio de projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que será analisado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE). Estarão em pauta 31 outros itens, dos quais 23 tratam da autorização para o funcionamento de emissoras de rádio.

De acordo com substitutivo elaborado pelo relator do projeto, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), as emissoras de televisão deverão dedicar à veiculação da cultura local e regional 30% — o projeto original previa 50% — da programação transmitida entre as 18h e as 22h. As emissoras de rádio deverão seguir a mesma regra entre as 6h e as 18h. O substitutivo prevê um prazo de cinco anos para as empresas adaptarem-se à nova legislação.



Antero: emissoras devem veicular cultura local e regional

A comissão também analisará, em turno suplementar, substitutivo do senador Paulo Hartung (PSB-ES) a projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que regulamenta a possibilidade, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de acesso de crianças de 6 anos ao ensino fundamental. Atualmente, o ingresso

se dá a partir de 7 anos de idade.

A adaptação da atual legislação sobre os estágios de estudantes à LDB está prevista em projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que também foi incluído na pauta. A proposta, que recebeu substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES), procura garantir ao estagiário bolsa não inferior ao valor do salário mínimo, 30 dias de férias remuneradas anuais, coincidentes com as férias escolares, e dispensa do estágio durante o período de provas.

Com o objetivo de proteger alunos concluintes do segundo grau prejudicados por greves de professores, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto, a ser analisado pela CE, que assegura, em caso de paralisação das atividades da escola, a matrícula em cursos universitários para os quais os estudantes tenham sido aprovados. A proposta tem parecer favorável da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Moreira quer regulamentar profissão de turismólogo

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto de lei regulamentando as atividades do profissional de turismo, cunhando a denominação de turismólogo para os diplomados em curso superior de bacharelado em Turismo ou em Hotelaria ministrados por estabelecimentos brasileiros de ensino superior reconhecidos oficialmente, bem como por diplomados no exterior, que tiveram ou vierem a ter seu diploma revalidado no Brasil.

De acordo com o projeto, os profissionais que venham exercendo, há cinco anos e sem inter-

rupção, atividades específicas de turismo (planejamento e operacionalização de estabelecimentos de turismo; formulação e desenvolvimento do turismo em estados e municípios) também serão reconhecidos como turismólogos.

O projeto prevê que a profissão de turismólogo será exercida na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis de Trabalho ou como atividade autônoma, conforme legislação em vigor no país. Pela proposta de Moreira Mendes, será indispensável o registro dos profissionais em órgão federal competente, no

prazo de 180 dias, a contar da data da publicação da lei.

O senador argumenta que os negócios de turismo no Brasil já representam 4% do PIB, com influência em 52 segmentos diferentes da economia. A indústria do turismo está investindo US\$ 6 bilhões na construção de resorts, hotéis e pousadas, criando 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos, números que justificam a presença especializada do bacharel em Turismo e em Hotelaria. O projeto tramita na Comissão de Educação, em regime de decisão terminativa.

Aeroporto pode receber nome de Plácido de Castro

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e as senadoras Marina Silva (PT-AC) e Emilia Fernandes (PT-RS) estão propondo o nome do gaúcho Plácido de Castro para o aeroporto internacional de Rio Branco. O projeto de lei está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE). Segundo a justificativa da proposta, Plácido de Castro foi o responsável pelo movimento militar, so-

cial e político que ficou conhecido como a revolução acreana.

Natural de São Gabriel (RS), Plácido de Castro era filho de militar e foi obrigado a assumir a condição de chefe de família aos 12 anos de idade devido à morte do pai. Ao atingir a maioridade, entrou para o



Nabor apresentou projeto juntamente com Marina e Emilia

Exército e, em 1901, iniciou a revolução acreana em terras que pertenciam à Bolívia mas tinham brasileiros como a maioria dos seus habitantes. Em 24 de janeiro de 1902, os bolivianos depuseram as armas e Plácido de Castro organizou o Estado Independente do Acre.

Projeto institui a Semana da Revolução Acreana em agosto

Caso o Senado Federal aprove projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), entre 4 e 10 de agosto deste ano será comemorada a Semana da Revolução Acreana. O projeto objetiva homenagear o centenário da batalha que culminou com a anexação



Tião Viana propõe comemoração entre 4 e 10 de agosto

do Acre ao território brasileiro. O projeto, que será examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), declara data nacional do evento o dia 6 de agosto deste ano. A matéria já recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

Caberá ao Ministério da Cultura estabelecer e coordenar a progra-

mação nacional da semana. O projeto também autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir série comemorativa de selos em homenagem ao centenário da revolução.

Tião Viana ressalta que a revolução acreana foi uma experiência de seringueiros liderados por Plácido de Castro, que culminou com a inclusão do Acre na República brasileira. "O Estado tem obrigação de fomentar o interesse e despertar a curiosidade de seus cidadãos, levando-os a visitarem seus heróis e a debruçarem-se sobre os fatos que marcaram a história do Brasil", afirmou Viana.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Diabetes — Parte 2
6h30 — Cidadania — Analfabetismo funcional
7h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Diabetes — Parte 2
9h — As Cores do Mundo — Programa nº 21
9h30 — Entrevista — O senador Roberto Freire fala sobre segurança pública
10h — Seminário — III Conferência Nacional de Saúde

Mental

11h30 — Comissão de Educação (ao vivo)
12h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil
13h30 — Cidadania — Nova proposta de Imposto Único Federal
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão Mista do Mercosul (ao vivo)
19h30 — Cidadania — Nova proposta de Imposto Único Federal
20h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Empregado doméstico pode ter férias de 30 dias

Autor do projeto, Osmar Dias esclarece que um dos objetivos da medida é reduzir a discriminação que a lei inflige a esses trabalhadores, cujas férias, atualmente, são de 20 dias. Parecer de Ademir Andrade é favorável

Projeto incentiva empresa que dá curso a funcionários

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pronto para ser incluído na pauta de votação, projeto de lei concedendo incentivos fiscais a empresas que colocarem cursos de aperfeiçoamento à disposição de seus empregados, no próprio estabelecimento ou mediante contratação de terceiros.

Em seu parecer favorável, o senador Lauro Campos (PDT-DF) argumenta que a política social para o emprego deve atender com agilidade às necessidades de empregados e empregadores. Nesse sentido, a realização de cursos de aperfeiçoamento representa importante fator para diminuir a rotatividade da força de trabalho, dando ao trabalhador a formação necessária para manter seu emprego, explica ele.

Pelo projeto, na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, a empresa poderá deduzir, em dobro, os gastos realizados com cursos de formação e aperfeiçoamento concedidos a seus empregados.

A proposta é de autoria da en-



Lauro Campos, relator, destaca importância da proposta, que está em tramitação na CAS

ta senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), para quem, com a concessão de incentivos fiscais, é possível estimular a empresa a realizar eventos educativos e a investir na formação de seu quadro de pessoal. "Bem melhor do que o Estado, a empresa sabe avaliar as necessidades de aperfeiçoamento de seus empregados para atingir seus objetivos de aumentar a produção, melhorando o aproveitamento de seus recursos humanos", argumenta.

Para ela, a educação representa um patrimônio pessoal intrínseco do trabalhador, de caráter intransferível e não sujeito a perdas e danos.

Maldaner defende seguro agrícola contra catástrofes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a adoção de um seguro agrícola para garantir a produção em estados castigados por secas e enchentes. Casildo Maldaner apontou para a necessidade de a administração pública ser previdente em relação a catástrofes naturais que ocorrem todos os anos. Ele lembrou que, em seu estado, apenas 20% da população permanece no meio rural, e que é preciso garantir a sobrevivência dessas pessoas no campo.

— Precisamos criar um seguro agrícola que dê sustentabilidade para que o agricultor não deixe o campo, não seja mais um errante — disse, propondo a criação de um fundo com a participação de pequenos produtores e grandes agroindústrias.

Casildo Maldaner chamou aten-



Casildo Maldaner disse que seguro pode impedir saída de agricultor do campo

ção para os prejuízos que a seca no Rio Grande do Sul causou aos agricultores, com perdas contabilizadas nas lavouras de milho, soja e arroz. Ele reportou-se ainda ao abate de frangos antes da hora, pelos frigoríficos, assustados com as mortes dos animais em razão das altas temperaturas. Para o senador, prejuízos como esses poderiam ser evitados nos próximos anos, a partir da criação do fundo.

O empregado doméstico passará a ter férias anuais de 30 dias, e não mais de 20, caso seja aprovado projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) modificando a lei que regula essa profissão. A proposta também regula a gratificação de férias, correspondente a pelo menos um terço do salário.

Ao justificar o projeto, o senador argumenta que, por falta de regulamentação mais atualizada, a concessão de férias ao empregado doméstico ainda gera muita confusão. Ele observa que muitos empregadores concedem aos seus empregados um período maior de férias que o exigido pela lei ou deixam de pagar a gratificação de férias que lhes é devida.



Conforme proposição de Carlos Bezerra, rodovia deve retomar parcialmente projeto original

Carlos Bezerra quer mudança no trajeto da BR-080

Em decisão terminativa, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar brevemente projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que determina a mudança do trajeto da BR-080, prevista originalmente para ligar Brasília a Manaus, passando pelo norte de Mato Grosso. O senador propõe a retomada parcial do trajeto feito em 1973, e que foi alterado pelo Plano Nacional de Viação, em 1986.

— Com a aprovação da lei, a estrada existente em Mato Grosso foi indiretamente estadualizada. Nessa condição, a alteração passou a onerar o orçamento do estado, que tem sido insuficiente para prover a necessária manutenção dessa importante via de transporte — afirmou.

O sistema rodoviário, em 1973, definia as cidades de Brasília, Uruaçu (GO), Jacareacanga (PA), Canumã (PA) e Manaus como pontos de passagem da rodovia, projetada para ter 3.227 quilômetros de extensão.



Para Osmar Dias, a concessão de férias ao trabalhador doméstico ainda gera confusão

O projeto estabelece a seguinte proporção para a concessão das férias: 30 dias corridos, quando o empregado não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes, no período; 24 dias corridos, quando houver tido de seis a 14 dias de falta; 18 dias corridos, quando houver tido de 15 a 23 dias de falta; e 12 dias corridos, quando ti-

ver 24 a 32 dias de falta.

Conforme a matéria, na cessação do contrato de trabalho, após 12 meses de serviço, o empregado doméstico, desde que não tenha sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, à base de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.

Osmar Dias afirmou que seu propósito é diminuir a discriminação que a lei inflige aos trabalhadores domésticos, que há muito vêm reivindicando um justo tratamento da legislação. E por tratar-se de proposição de grande repercussão social, ele está convencido de que será rapidamente aprovada. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) tem parecer favorável à matéria.

Freitas Neto propõe criação de fundo para a carnaúba

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa, projeto de autoria do senador Freitas Neto (PSDB-PI) que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba (Funcarnaúba), com a finalidade de desenvolver, financiar e modernizar a cultura desse produto. A proposta também visa elevar a qualidade de vida dos trabalhadores do setor, incentivar a produtividade de seu cultivo e exploração e estimular seus produtos derivados, aproveitamento industrial, exportação, defesa de preço e mercado.

De acordo com o projeto, o Funcarnaúba será financiado por meio de recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos, doações e contribuições, recursos provenientes de convênios firmados com instituições públicas e privadas e rendimentos de aplicações financeiras. Freitas Neto lembrou que a economia da carnaúba nunca recebeu por parte do governo o interesse correspondente à importância que tem.

Os recursos destinados ao fundo serão utilizados na formulação de um programa nacional voltado para o desenvolvimento do agronegócio da carnaúba e na cri-



Fundo pretendido por Freitas Neto visa desenvolver, financiar e modernizar cultura do produto

ação de linha de crédito especial para os produtores e cooperativas envolvidos com a produção e o agronegócio da carnaúba. Falando sobre o potencial econômico da planta, o senador pelo Piauí destacou que no seu estado a cera de carnaúba é o principal produto de exportação, rendendo anualmente US\$ 15 milhões.

— A carnaubeira é uma planta nativa, não precisa de adubação, de agrotóxicos ou de mecanização agrícola. Gera ocupação para mais de 50 mil famílias de baixa renda só no Piauí. Defendemos que a carnaúba receba, por meio do fundo, o respaldo financeiro indispensável para realizar pesquisas, inovar a tecnologia, ampliar a produção, elevar o retorno econômico para a região e garantir emprego a uma população que dele necessita imensamente — afirmou.

CAS discute cadastro de beneficiários de programas habitacionais públicos

Comissão deve votar também projeto de Lúcio Alcântara que permite aos hospitais universitários destinar parte de seus leitos a pacientes cobertos por planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) retoma os trabalhos amanhã, a partir das 9h, com a discussão e votação de sete projetos. Um dos destaques é o projeto da Câmara que institui o Cadastro Nacional de Moradia e que conta com parecer favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

A proposta pretende impedir que doações ou financiamentos de moradia, lote urbanizado ou material

de construção custeados com recursos públicos federais beneficiem a mesma pessoa mais de uma vez. O Cadastro Nacional de Moradia seria criado, portanto, para



Mauro considera a criação do Cadastro Nacional de Moradia um "relevante serviço à causa da justiça social"

manter o registro atualizado de todos os beneficiários de programas dessa natureza.

Na opinião de Mauro, que também relatou o projeto do Estatuto da Cidade, a iniciativa "presta

relevante serviço à causa da justiça social". Como as verbas destinadas a programas habitacionais normalmente são escassas, seria injusto, no seu entendimento, que pessoas já contempladas pudessem entrar em novos programas em detrimento de outras que ainda aguardam a vez.

HOSPITAIS

Também está na pauta da CAS projeto do senador Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários e de ensino destinar parte de seus leitos a pacientes cobertos por planos de saúde. A matéria retornou à comissão após a apresentação de

quatro emendas de Plenário pelo ex-senador Pedro Ubirajara e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), todas rejeitadas no substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

A comissão deve se manifestar ainda sobre o parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que amplia o período de concessão do salário-maternidade em caso de parto antecipado. Esse aumento corresponderia à diferença entre a data normal de nascimento do bebê (37 semanas) e a data em que efetivamente ocorreu o parto. Para Tião Viana, a extensão do período do salário-maternidade em caso de parto antecipado é justa, pois o bebê prematuro requer cuidados maternos mais prolongados.

Ademir propõe novas normas para arrendamento imobiliário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar, na retomada dos seus trabalhos, projeto de lei de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que procura tornar mais atraentes os contratos celebrados no âmbito do Programa de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra, pelo qual um mutuário pode pagar, mensalmente, uma taxa pela ocupação do imóvel, como se fosse um aluguel, e adquiri-lo ao final do contrato. Conforme o senador, embora exista desde dezembro de 2000, o programa não conseguiu atrair grande número de mutuários, por não dispor de regras claras.

O projeto de Ademir, que tramita na comissão em caráter terminativo, determina que os contratos de arrendamento imobiliário especial com opção de compra não poderão ter prazo superior a 16 anos. Além disso, o valor da prestação mensal não poderá exceder a 0,7% do valor do imóvel.

Pela proposta, a prestação ou taxa de arrendamento será corrigida anualmente, com base na variação do índice utilizado para remunerar as cadernetas de poupança. Após 12 meses de atraso no pagamento



Na opinião de Ademir, regras claras tornarão o sistema mais atrativo

das prestações, ficará caracterizada a inadimplência do mutuário, podendo o agente financeiro retomar a posse do imóvel. A lei atual caracteriza a inadimplência após três meses de atraso no pagamento.

O senador disse que a dilatação do prazo foi sugestão do Fórum Paraense em Defesa da Moradia dos Conjuntos Habitacionais. O projeto de lei prevê ainda prazo de 30 dias para o estabelecimento do preço da opção de compra do imóvel, a contar do vencimento da última prestação do arrendamento. Esse preço (uma vez que o mutuário terá pago o imóvel por 16 anos) não poderá ser superior ao valor da última prestação mensal.

Carlos Bezerra quer mais rigor contra desvio de verba da saúde

A fim de punir mais rigorosamente os crimes contra o sistema público de saúde, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer aprovar projeto de lei classificando como hediondos os crimes de peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações e o emprego irregular de verbas públicas, quando praticado por gestor da área de saúde ou pelo administrador de recursos a ela destinados.

Em defesa do projeto, Carlos Bezerra disse que os desvios de recursos do sistema público de saúde são um bom exemplo de atividade criminosa que prospera no noticiário dos jornais. Ele afirmou que, em 1999, os complexos hospitalares da USP e da Unicamp foram investigados por suspeitas de estarem desviando parte do dinheiro do SUS (Sistema Único de Saúde), destinado a cobrir as faturas de atendimentos de doentes da rede pública, para pagar médicos e funcionários.

O senador também disse que um dos maiores hospitais da prefeitura de São Paulo, o do Servidor Municipal, foi envolvido em desvio sistemático de dinheiro público na gestão Celso Pitta. E explicou que

uma das ações criminosas ali consistia na compra superfaturada, em até 3.700%, de medicamentos e material hospitalar.

ROMBO

Outra irregularidade consistia em pedidos dos dirigentes do hospital para receberem mais dinheiro do que realmente precisavam para quitar contratos com fornecedores. Conforme o parlamentar, o Ministério Público de São Paulo estima que, com o fim do PAS (Plano de Atendimento à Saúde), a prefeitura de São Paulo ficou com um rombo que, em cinco anos, pode chegar a R\$ 1,7 bilhão.

A lei penal hoje considera hediondos os crimes de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ação que provoque morte causada por epidemia e homicídio, quando praticado por grupo de extermínio. Encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto de Carlos Bezerra torna hediondo o desvio de recursos do sistema público de saúde e será deliberado em decisão terminativa.



Ricardo Santos: "Quinze milhões de idosos merecem ser tratados com mais dignidade"

Remédio para idoso pode ter isenção no IR

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto de lei incluindo os gastos com medicamentos de uso contínuo nas deduções permitidas no cálculo do Imposto de Renda, pessoa física, para cidadãos com mais de 65 anos de idade e seus dependentes.

Segundo o projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, as despesas com aparelhos ortopédicos, próteses dentárias e medicamentos de uso continuado poderão ser deduzidas do Imposto de Renda a pagar, mediante apresentação de receituário médico e nota fiscal.

DIGNIDADE

Em sua justificativa, Ricardo Santos argumenta que o idoso no Brasil enfrenta crescente e irreversível agravamento das condições de sua manutenção, em razão de fatores como o aviltamento dos valores dos proventos e pensões, a exclusão definitiva do mercado de trabalho e maiores despesas com medicamentos. "São quinze milhões de idosos que merecem ser tratados com mais dignidade", afirma.

Para o senador, todos reconhecem que os medicamentos, desde a implantação do Plano Real, têm tido aumento exagerado de preços. Conforme dados do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, os 100 medicamentos mais vendidos no Brasil tiveram aumento nominal de 145,14% contra uma inflação de 85,30% entre julho de 1994 e janeiro de 2000.

Ricardo Santos conclui que a módica ampliação da renúncia fiscal preconizada no projeto, em favor do grupo da terceira idade, será certamente compensada com a correspondente redução em despesas públicas assistenciais.